

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

1 Aos 27 dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às 09h e 00min, na sala  
2 de Sessões do Conselho Superior da Defensoria Pública, situada na Avenida Manoel  
3 Dias da Silva, 831, Edifício João Batista de Souza, 4º andar, nesta Capital, reuniu-  
4 se o Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, sob a  
5 presidência da Excelentíssima Senhora Vitória Beltrão Bandeira, Defensora Pública  
6 Geral e Presidente do CSDPE, presentes os Conselheiros Dr. Renato Amaral Elias,  
7 Conselheiro Subdefensor Público Geral, Dra. Carla Guenem Fonseca Magalhães,  
8 Conselheira Corregedora Geral, Dra. Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira,  
9 Conselheira Titular, Dr. Clériston Cavalcante de Macedo, Conselheiro Titular, Dr. Gil  
10 Braga de Castro Silva, Conselheiro Titular, Dra. Mônica de Paula Oliveira Pires de  
11 Aragão, Conselheira Titular, Dr. Juarez Angelin Martins, Conselheiro Titular, Dr.  
12 Robson Freitas de Moura Júnior, Conselheiro titular. Presente, ainda, Dra. Cristina  
13 Ulm Ferreira Araújo, Representante da ADEP/BA e Sra. Tânia Palma, Ouvidora  
14 Geral. Aberta a Sessão pela Presidente do CSDPE deu-se prosseguimento ao exame  
15 da proposta orçamentária para o exercício do ano de 2014. Aberto o debate, o  
16 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo questionou se a Diretora do  
17 Orçamento, Dra. Mônica Lujan, especificou os valores relacionados ao pagamento  
18 de pessoal, ticket alimentação e transporte, além da evolução orçamentária,  
19 conforme solicitado na sessão anterior. Dra. Mônica Lujan confirmou a realização  
20 das alterações. Ressaltou ainda a inclusão da Especializada do Consumidor, como  
21 requerido. Destacou estar prevista a nomeação de 30 (trinta) Defensores Públicos,  
22 promoção de 45 (quarenta e cinco) Defensores Públicos, sendo 05 (cinco)  
23 Defensores Públicos da 3ª Classe para a Classe Especial e 40 (quarenta) Defensores  
24 da 2ª para 3ª Classe. Ressaltou que com a nova Lei será necessária uma  
25 suplementação de crédito. Previstos, ainda, 61 (sessenta e um) cargos  
26 comissionados e 40 REDA's, totalizando mais de 126 milhões em pessoal. O  
27 orçamento em 2014 já cobre todas as despesas, sem necessidade de  
28 suplementação de crédito. Dra. Mônica Lujan esclareceu que o Governo manda uma  
29 cota e não podem ultrapassá-la. Foi encaminhado ao Governo documento contendo  
30 a necessidade real da DPE e este foi publicado no D.O., logo é o apontamento  
31 válido, caso a DPG vá até o Governo solicitar mais pessoal. O Conselheiro Gil Braga  
32 de Castro Silva questionou como 30 (trinta) Defensores Públicos somam mais de 30  
33 milhões no orçamento, se um único Defensor Público custa R\$220.000,00. Dra.  
34 Mônica Lujan esclareceu que existem os encargos e que R\$220.000,00 é apenas o  
35 salário para um Defensor Público de 1ª classe/inicial. O Conselheiro Clériston  
36 Cavalcante de Macedo questionou se os novos Defensores Públicos serão nomeados  
37 em janeiro, bem como se sobrar dinheiro caso todos não sejam nomeados nesta  
38 época. A Dra. Mônica Lujan esclareceu que poderão ser todos chamados em  
39 janeiro, mas se forem chamados aos poucos, haverá uma folga no orçamento. O  
40 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo questionou se a cota proposta veio  
41 fechada com relação ao número de novos Defensores Públicos, logo qualquer  
42 tentativa para aumentar o número de Defensores Públicos seria inexecutável e não  
43 aceito pelo Governo. A Dra. Mônica Lujan esclareceu que sim. A Presidente  
44 esclareceu que poderão conseguir por meio de suplementação e aduziu que quando  
45 é feita a proposta, a Administração considera existente todo o custeio, logo a  
46 margem para futuro remanejamento é estreita, face a sua natureza de despesa

*af* *af Braga* *Mônica Lujan* *Dra. Tânia Palma* *1*

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

47 corrente, só restando investimento, como margem de remanejamento. Entretanto,  
48 a infraestrutura da DPE é precária, dispõe apenas de um imóvel próprio na capital e  
49 outro na Regional de Santo Antônio de Jesus e encontram-se os Defensores  
50 Públicos criminais, ainda, em prédio do Poder Judiciário. Ao alugarem um espaço  
51 para estabelecer esses Defensores Públicos há um aumento no custeio. Por outro  
52 lado, encontra-se em processo de aquisição de dois imóveis no Jardim Baiano e  
53 teve-se que colocar para o exercício de 2014 a reforma dos mesmos. O Conselheiro  
54 Clériston Cavalcante de Macedo questionou quanto possuem nas três contas, visto  
55 que já foram utilizados cerca de seis milhões, visto que se não houver  
56 suplementação, a diferença será retirada do superávit. A Presidente do CSDPE  
57 aduziu que em 2014 tem previsão de novo concurso, conforme Lei de Diretrizes  
58 Orçamentárias. A lista de aprovados aponta 67 (sessenta e sete) Defensores  
59 Públicos, 30 (trinta) já estão garantidos e existe uma margem de 10 (dez) a serem  
60 convocados por reposição decorrente de exonerações e aposentadorias e é claro  
61 que acredita que terão competência para aproveitar todos os aprovados. O  
62 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo consignou que foi um ganho colocar os  
63 30 (trinta) Defensores Públicos e ser isso louvável, apesar de terem conseguido na  
64 época em que participou da Administração Superior, a nomeação de todos os  
65 Defensores Públicos aprovados. Por isso insiste para que avancem internamente,  
66 para que não fiquem na dependência do Governo, pois o ganho político é o plus.  
67 Assim, questiona se podem avançar um pouco mais internamente, apesar da cota.  
68 A Presidente do CSDPE consignou ser mais sábio para a obtenção de êxito mostrar,  
69 por meio do orçamento, que com os recursos destinados só será possível nomear  
70 30 (trinta) Defensores Públicos, o que não atende à demanda. Demonstrar ao  
71 Governo que o sistema carcerário está em colapso. Citou a Casa da Mulher, que  
72 será inaugurada e criará uma demanda grande para a DPE. Entende competir ao  
73 CSDPE, elaborar estudos demonstrando a demanda reprimida existente por conta  
74 das unidades criadas, a exemplo do núcleo de flagrante. Para fins de demonstrativo  
75 ao Poder Executivo, no sentido de que os 30 (trinta) Defensores Públicos que  
76 tomarão posse serão insuficientes para essas novas demandas. Por isso a  
77 preocupação da proposta ser nestes moldes. A Vice-presidente da ADEP, Cristina  
78 Ulm Ferreira Araújo, aduziu que entende o exposto pela Presidente do CSDPE, mas  
79 discorda. Consignou ter havido um avanço maravilhoso, mas entende que a DPE  
80 tem autonomia pra fazer o orçamento como quer, com a participação de todos.  
81 Entende que com a aprovação da proposta irão mandar para o Governo a  
82 mensagem de que está tudo bem, quando não está. Apontou que os Conselheiros  
83 foram eleitos para buscar o que é melhor para a classe, por isso têm que colocar no  
84 orçamento o ideal e se houver corte irão se adequar. Consignou que têm que se  
85 unir para conquistar. Seria um retrocesso constar na proposta orçamentária o valor  
86 de R\$ 20,00 (vinte reais) referente ao ticket alimentação, face os esforços do ano  
87 passado em aprovar R\$22,00 (vinte e dois reais). Consignou, ainda, a exemplo de  
88 outras Defensorias que contam com um valor de ticket em até R\$ 28,00 (vinte e  
89 oito reais), a DPE/BA deveria lutar por um valor ideal, fazendo constar na proposta  
90 o que seria melhor para a instituição. Essa seria a mensagem a ser passada para o  
91 Governador do Estado da Bahia, inclusive, deveria prever na proposta um número  
92 maior de nomeações de novos Defensores, sob pena de ferir a autonomia

*Art. 65 artigos C. P. Braga.*

*Presidente*  
*Deputado*  
*2*

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

93 orçamentária da instituição. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva consignou que  
94 precisam pensar não apenas na expectativa do colega que esta para entrar na DPE,  
95 mas no povo, na melhoria para aqueles que mais precisam. Como representante de  
96 sua geração, votar no orçamento da forma proposta seria um covardia. Têm que  
97 pensar no orçamento ideal, em avançar e tem o mesmo pensamento da Vice-  
98 presidente da ADEP, no sentido de que ao mandar um orçamento que entende ser  
99 fraco, o CSDPE estará dizendo que só precisa de 30 (trinta) Defensores Públicos.  
100 Aduziu ainda que o orçamento é técnico-político. Técnico na instrumentalização e  
101 político quando aprovado pelo CSDPE. Aprovar o orçamento colocando somente 30  
102 (trinta) Defensores Públicos é 'dar tiro no pé'. Devem colocar tudo aquilo que  
103 precisam, pois se não têm coragem e dizer que precisam de mais no orçamento se  
104 verifica um retrocesso, logo não estão avançando. Na estruturação dos núcleos não  
105 precisam apenas de mais Defensores Públicos e os núcleos são essenciais para a  
106 atividade fim da Defensoria. Gostaria que avaliassem a possibilidade de incluir no  
107 orçamento o núcleo do consumidor e o núcleo de saúde. Gostaria que ponderassem  
108 também a possibilidade de estruturação da equipe técnica do núcleo fundiário e que  
109 avaliassem a possibilidade de penas e medidas alternativas. Preocupa-se muito  
110 com relação à especializada do idoso, pois a questão do idoso é essencial, já que a  
111 população está envelhecendo. Questionou, ainda, a importância de Camaçari e  
112 Teixeira de Freitas enquanto Regionais. Lembrou ter havido um desgaste muito  
113 grande na Assembleia Legislativa em razão da mudança da Regional de Senhor do  
114 Bonfim para Juazeiro. No tocante a Escola Superior, a possibilidade de curso de  
115 capacitação para lideranças comunitárias e membros da sociedade civil organizada.  
116 Sentiu falta de cursos de extensão a serem executados pela própria Escola em  
117 parceria com Universidades. O Conselheiro Juarez Angelin Martins questionou o que  
118 ocorrerá se a DPE não incluir no sistema o orçamento no prazo e se o Governo  
119 pode alterar a forma como se deu a divisão por cota pela DPE. A Dra. Monica Lujan  
120 consignou que o Governo colocará o que quiser, mas que isso nunca ocorreu  
121 porque a DPE sempre enviou. Que o Governo não altera, entretanto, a distribuição,  
122 pois isso é feito pela DPE. A Conselheira Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira  
123 consignou concordar com Dra. Cristina no sentido de que não podem pensar apenas  
124 em 30 (trinta) novos Defensores Públicos. Precisam chegar para o Governador e  
125 mostrar o número de vagas aprovadas para a magistratura e questionar sobre a  
126 DPE. Não vê avanço, mas apenas retrocesso, pois historicamente a Instituição já  
127 chamou 106 (cento e seis) Defensores Públicos. Avançar ou manter seria chamar  
128 todos. Ressaltou não haver previsão de reestruturação do núcleo do idoso. Estão se  
129 afastando de onde está o povo. Questionou, ainda, se seria mais importante ocupar  
130 o Cível ou o Juizado. A ESDEP não avançou, pois ano passado havia a possibilidade  
131 de viabilizar pós-graduação e mestrado e não há mais. Quanto às Regionais de  
132 Camaçari e Teixeira de Freitas, considera louvável, pois a área metropolitana está  
133 solta. A proposta orçamentária tem que ser ousada, mas a proposta apresentada é  
134 uma simples cópia da exposta em 2013, com regressão em alguns pontos.  
135 Precisam chamar 100 (cem) dos Defensores Públicos aprovados. Que se coloca a  
136 disposição para qualquer trabalho a serviço da Instituição seja ir à delegacia ou  
137 mutirão de saúde, mas têm que mostrar a essencialidade da Instituição ao  
138 Governador. A Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão consignou que

*W. Braga*

*Gil Braga*

*Juarez*

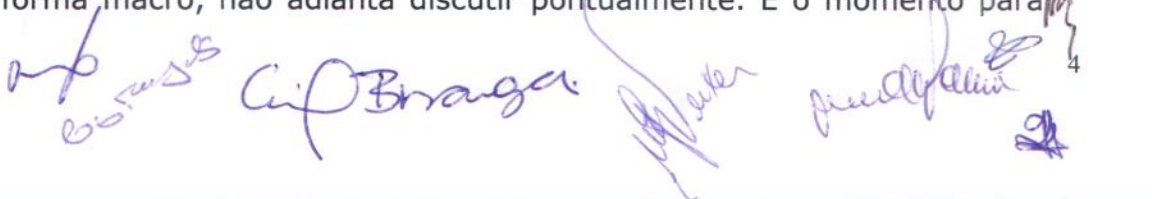
*Maria Auxiliadora*

*Mônica*

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

139 respeita a postura da Presidente do CSDPE e a forma técnica como ela busca pautar  
140 o orçamento, mas não se sente à vontade em aprovar um orçamento redondo,  
141 perfeito para o Governo. A DPE lutou muito para ter sua autonomia e a Conselheira  
142 viveu isso. Conversou com Dra. Hélia Barbosa, em 2006, e falou que a mesma não  
143 entendia nada de autonomia, pois estava seguindo a cartilha do Governo. Se a  
144 mesma, à época, não ousasse, com o apoio da Associação e demais colegas, não  
145 teriam ido para frente. Não cabe mais discussão sobre autonomia. Acredita que o  
146 orçamento quando sai do Conselho é político, pois a função do CSDPE é política,  
147 independente da política de cada um dos seus membros. Que uns tem a política da  
148 boa vizinhança, como a Presidente do CSDPE colocou e respeita, enquanto outros  
149 têm a política mais aguerrida e é como se coloca. Não entende que arranham a  
150 imagem com o Governo, pois apenas estão pedindo respeito. Não tem importância  
151 se o Governo não conceder o requerido, mas continuarão brigando para que libere  
152 o superávit. Trabalham em equipe, trabalham pra frente e pensam na Instituição.  
153 Devem procurar saber da Assessoria Jurídica ou contratar consultoria de escritório  
154 de advocacia para verificar a possibilidade de, por medida judicial, ter acesso ao  
155 superávit. Diante da CF, que estabelece o sistema de freios e contrapesos, não é  
156 possível que não consigam acessar o superávit. Não vê como aprovar dessa forma  
157 o orçamento. Todos os membros foram eleitos, inclusive os membros natos, e tem  
158 compromisso com a classe e com a sociedade civil. A aprovação é  
159 irresponsabilidade com o serviço. Ressaltou o problema vivido no núcleo de  
160 conciliação prévia, que teve como primeira Defensora Pública a Presidente do  
161 CSDPE, a Conselheira não possui sala e utiliza a sala de conciliadores e os  
162 assistidos dão risada da situação. Consignou que com o orçamento dessa forma não  
163 vão avançar. O projeto do núcleo de conciliação previa é nacional e não tem mais  
164 como retroceder, necessitando ser fortalecido. Precisam de uma equipe  
165 multidisciplinar. Aduziu que se colocarem mais Defensores Públicos no núcleo,  
166 aumentarão o número de conciliações, diminuindo o trabalho nas varas de família,  
167 pelo que entende ser necessário esse detalhamento no orçamento. Como o  
168 orçamento, no tocante ao projeto, fora desenvolvido juntamente com os  
169 Defensores Públicos, observa que os mesmos estão tímidos, pois encaminharam os  
170 mesmos projetos. O Conselheiro Renato Amaral Elias esclareceu que os Defensores  
171 Públicos já estão no limite de trabalho, por isso a Administração não tem como criar  
172 novos projetos. A Conselheira Monica A. teceu questionamentos sobre o presídio  
173 em Esplanada e consignou ter recebido e-mails de colegas questionando se não  
174 haverá regional no sertão da Bahia. Ressaltou que no PPA existe a previsão para 10  
175 (dez), logo se colocarem 02 (duas) agora e 02 (duas) em 2015, restará um déficit  
176 de 06 (seis). Acredita, ainda, que se tirarem um carro da Corregedoria, terão  
177 posteriormente que alugar por ser necessário para o PAD. O orçamento tem que  
178 ser político e precisam avançar, chamando todos os Defensores Públicos. O  
179 Conselheiro Renato Amaral Elias parabenizou os colegas por terem engrandecido o  
180 debate. Aduziu que todos se preocupam muito com a DPE, pois a integram, mas  
181 precisam se preocupar também com o cidadão. Necessitam além do crescimento,  
182 melhorar no que já existe. Comparar a MP e TJ sob ponto de vista formal é bom,  
183 mas o real não, pois eles têm orçamento próprio e a DPE não tem. Precisam  
184 raciocinar de forma macro, não adianta discutir pontualmente. É o momento para

  
C. P. Braga

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

185 trazerem os argumentos, para debate, mas quando Colegiado chegar à conclusão,  
186 precisam entender que as decisões dos Colegiados sempre são as melhores.  
187 Acredita que o CSDPE vai chegar ao que é melhor para a Instituição sob o ponto de  
188 vista político e técnico. O relacionamento político com o Governo é uma constante e  
189 se faz quase que diariamente, independente da aprovação do orçamento. O  
190 Conselheiro Robson Freitas de Moura Júnior consignou que ninguém está no CSDPE  
191 para brincar ou para fazer algo de ruim, mas para que a DPE cresça, melhore,  
192 contudo o ideal seriam de cerca 500 (quinhentos) Defensores Públicos. Cada um  
193 tem uma forma de ver, de colocar. Todos que foram eleitos Conselheiros ou para a  
194 Administração têm responsabilidade e cada um sabe da sua e não é necessário que  
195 ninguém fique alertando, cada um tem seu ponto de vista e forma de entender o  
196 que é melhor na DPE nesse momento. É importante a discussão, é salutar, a ideia  
197 de todos é construir algo melhor. Não é o ideal e terão que enfrentar questões da  
198 lei de readequação à LOJ, da quantidade de vagas na Classe Especial. Tem certeza  
199 que todos querem o melhor para a DPE e não apenas satisfação pessoal, mas cada  
200 um tem sua forma de pensar. A Ouvidora Geral aduziu ter aprendido que a  
201 Instituição só cresce no debate. Ressaltou que o debate político foi a mola  
202 propulsora da sua vida, não apenas na DPE. Quer que a DPE fique cheia de gente,  
203 provando ser a mão que acolhe a todos. Não vão perder a DPE e já falaram ao  
204 Governador. Está participando da equipe de lobby na Assembleia Legislativa, para  
205 mostrar o que se busca para a sociedade baiana. Não sabe como os projetos  
206 federais e estaduais podem se concretizar sem a DPE. Acredita que o orçamento é  
207 tímido. Esta abalada com o corte no orçamento da Ouvidoria, pois precisa de uma  
208 justificativa pra responder ao grupo operativo. Pede aos Conselheiros que revejam o  
209 corte, pois não concorda e os recursos que possuíam eram ínfimos e necessários  
210 para utilização em proveito da DPE. São Paulo teve fato inédito com a construção  
211 do orçamento participativo conjuntamente com a sociedade civil. Ressaltou que a  
212 Ouvidoria faz o trabalho de negociação com os Defensores Públicos, ouvindo os dois  
213 lados e intermediando, e não encaminha um processo sem necessidade. A  
214 Presidente do CSDPE consignou que a Defensoria vive um momento histórico, que  
215 está a exigir dela que se estruture do ponto de vista da logística e do  
216 planejamento. Orçamento é um instrumento exigido pela Administração Pública,  
217 pois estão lidando com dinheiro público e têm que se estabelecer de que forma irão  
218 gastar. Isso é uma imposição legal, pelo constituinte, e têm que se cumprir a  
219 obrigação constitucional. Cabe ressaltar que existem carros parados porque não  
220 tem motorista na DPE e isso é falta de planejamento, de logística e denigre o gestor  
221 público porque o dinheiro público que foi utilizado vem do povo sofrido brasileiro,  
222 que ostenta um dos maiores índices de desigualdade social do mundo. Este dinheiro  
223 público foi mal utilizado. É uma irresponsabilidade, pois não podem empregar o  
224 dinheiro público em algo que não irão utilizar, em razão da falta de planejamento.  
225 Ao utilizar o recurso de pessoal, este vai impactar no custeio, que, por sua vez, vai  
226 impactar em investimentos. Se Dra. Monica A. está sem sala, é pela falta de  
227 planejamento da DPE. Defendem a bandeira da autonomia, mas é inadmissível no  
228 século 21 não estar havendo certo zelo em relação ao dinheiro público. Orçamento  
229 é um importante instrumento para o gestor público. Na proposta orçamentária, tem  
230 que se observar se os benefícios dos investimentos estão viabilizados pelos demais

*Robson Freitas de Moura Júnior*

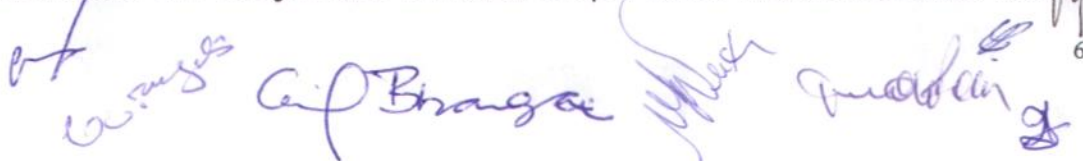
*Robson Freitas de Moura Júnior*

*Robson Freitas de Moura Júnior*

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

231 e vice-versa. O foco é o Defensor Público, mas este tem que ter direito ao trabalho  
232 na sua dignidade humana, com infraestrutura condizente. De igual forma, o usuário  
233 não pode ser maltratado em filas, sujeito as intempéries do tempo, como filmado e  
234 documentado. No Tororó e Jardim Baiano, as filas são intermináveis.  
235 Excepcionalmente, dois Defensores Públicos foram requisitados para atuarem na  
236 casa de acesso, em razão de demanda acumulada de 1600 ações na área de  
237 família. O número de Defensores Públicos na Casa de Acesso não estava dando  
238 vencimento, pois a DPE não possui a logística necessária para digitalização de  
239 documentos nos processos atualmente virtuais, necessitando de estrutura e corpo  
240 técnico para as digitalizações. Os Defensores são caros ao Tesouro e não podem ser  
241 subutilizados, como é frequente ao desenvolverem atividades administrativas de  
242 atendente, de telefonista..., sacrificando a atividade jurídica, o que representa um  
243 desperdício para o erário. A proposta apresentada é responsável com relação ao  
244 dinheiro público. Não há como defender aquisição de carro se existe carro parado,  
245 sem motorista. A inexistência de quadro de cargos de carreira, REDAs que não  
246 possibilitam à Instituição que tenha memória, uma vez que esses servidores  
247 permanecem na Instituição por no máximo quatro anos, no círculo vicioso,  
248 apagando sempre a memória da instituição. O Conselheiro Clériston, que participou  
249 da Administração, é testemunha disso. O quadro de cargos comissionados possui  
250 59 (cinquenta e nove) cargos e apenas 25 (vinte e cinco) de nível superior. São 59  
251 (cinquenta e nove) unidades no estado, um orçamento que supera 127 milhões, o  
252 que demanda muita responsabilidade. A Administração, do ponto de vista de  
253 responsabilidade financeira, não é descentralizada. Na Ouvidoria e na Corregedoria,  
254 visto que não são unidades orçamentárias, não ocorreram cortes. Na DPE só existe  
255 uma unidade orçamentária e nesta não houve corte, mas incremento de 35%.  
256 Quanto aos núcleos, entende que cabe a este Colegiado responder. Há duas tarefas  
257 para o Colegiado: a elaboração da nova lei orgânica, pois a atual já nasceu com  
258 muitas queixas, resumindo-se a replicar o modelo ministerial, uma vez que essas  
259 instituições têm papéis sociais totalmente diferentes. A segunda tarefa é decorrente  
260 da adequação à LOJ. Desde 2007 permanecem essas anomalias. Entende que  
261 todos, enquanto Colegiado, é que deverão se debruçar para dar as respostas às  
262 indagações dos Conselheiros feitas nesta Sessão. Os núcleos e regionais são  
263 sugestões simbólicas e ao Conselho cumpre defini-los oportunamente. Ressaltou a  
264 importância, inclusive, de criarem comissões no Colegiado para tratarem da nova  
265 lei orgânica e das unidades defensoriais a serem criadas em decorrência do nosso  
266 vínculo à LOJ. Em três meses praticamente foram finalizados os processos de  
267 adequação à LOJ e do quadro de servidores na esfera administrativa. No tocante às  
268 regionais, a presença de Camaçari também é algo a ser discutido, mas esclareceu  
269 que do ponto de vista técnico, é a comarca que apresenta a reunião da maioria dos  
270 requisitos a serem considerados em uma sede de regional. A comarca de Teixeira  
271 de Freitas, em especial pela existência de presidio regional, de modo que ali a  
272 implantação dessa seria um marco histórico na região. Tem ciência dos problemas  
273 enfrentados no extremo sul e no oeste da Bahia. Fica envaidecida, contudo com a  
274 Instituição, pois com tantas dificuldades tem tido uma visibilidade admirável no  
275 sistema de justiça. Tem conhecimento da precariedade em relação aos recursos  
276 humanos, assim como em relação aos Defensores que estão muitos sozinhos nas

  
6

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

277 demandas que enfrentam. Não tem como contestar certos questionamentos postos,  
278 em razão do descompasso entre o que devem e o que podem ser, tendo em vista a  
279 escassez de recursos humanos e financeiros. É um compromisso dessa gestão,  
280 atingir as suas metas ainda este ano. Finalizaram dois anteprojetos de lei que  
281 estavam paralisados. As sugestões são bem vindas e estão abertos à discussão,  
282 dentre outras, da questão dos núcleos. Quanto ao júri, ressaltou que existe um  
283 clamor muito forte e apenas estão organizados na Capital. Os próprios Defensores  
284 Públicos atuantes na Capital não criam objeção a darem esse suporte. No  
285 orçamento, não obstante estejam incluídos 67 (sessenta e sete) Defensores  
286 Públicos, estão comprometidos com esse número, porque a estratégia é mostrar ao  
287 Governador que foram responsáveis ao colocar o número que os recursos  
288 orçamentários comportam pelo que será necessária a suplementação competente.  
289 As manifestações nas ruas demonstram que a população não quer quantidade, mas  
290 qualidade no serviço público prestado. Custeio, investimento e pessoal estão  
291 entrelaçados e vão implicar no padrão da assistência jurídica a ser prestada. Longe  
292 de ser fraca, a proposta é muito responsável e está dentro da estratégia de avanço.  
293 A celeridade é necessária em uma Instituição que já foi criada com muito atraso. A  
294 proposta orçamentária em tela teve como base os recursos advindos do Tesouro  
295 reservados à DPE, conforme participado pela SEPLAN, recursos estes elevados,  
296 após articulação feita pela Diretoria Geral e Diretoria Orçamentária com a  
297 Superintendência do Orçamento Geral do Estado - SEPLAN. Entendem que o  
298 orçamento é um instrumento importante para o planejamento e organização da  
299 logística necessária ao funcionamento da Instituição. Assim, a Administração  
300 Superior da DPE elaborou a proposta orçamentária com vista a eficácia de sua  
301 execução, limitada aos recursos disponibilizados pelo Tesouro, uma vez que as DPs  
302 ainda não dispõem de efetiva autonomia financeira, diante do veto presidencial à  
303 PEC 114. Em seguida, foi posta a votação a proposta orçamentária para o exercício  
304 do ano de 2014. A **Conselheira Carla Guenem Fonseca Magalhães** votou pela  
305 aprovação da proposta orçamentária, seguida pelos **Conselheiros Juarez Angelin**  
306 **Martins, Renato Amaral Elias, Robson Freitas de Moura Júnior** e pela  
307 **Presidente do CSDPE. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo**  
308 consignou ficar preocupado com alguns comentários, ainda que não se tenha noção  
309 do que está sendo dito. Por ter sido Conselheiro anteriormente, assim como a  
310 Presidente do CSDPE, entende que a ideia de que as propostas anteriores foram  
311 irresponsáveis é jogar sobre o mesmo uma (inaudível) inaceitável. Ressaltou não  
312 ter sido irresponsável quando aprovaram os projetos e os orçamentos anteriores,  
313 politicamente, e embora a Diretora de orçamento tenha dito não ser a forma  
314 correta, não deixaram de avançar. Aduziu não ter sido irresponsável e não aceitar  
315 ser chamado desta forma por ter feito aprovações de orçamentos mais políticos do  
316 que técnicos. Apontou que todos tem responsabilidade, cada qual com a estratégia  
317 que entender devida de acordo com suas aptidões e histórico de vida. Não entende  
318 que tenham que aceitar o projeto do modo como veio do Executivo, pré-elaborado,  
319 ou que tenham que se curvar ao mesmo. Consignou já ter feito parte da Associação  
320 e ressaltou a dificuldade em realizar emendas no orçamento no Legislativo, quando  
321 a Instituição não disse além do que queria, mas apenas se adequou ao que foi  
322 imposto pelo Governo do Estado. Entende que a construção política tem que ser

*atb*  
*66/10/13*

*Cif Braga*

*Robson*

*Carla Guenem*  
*7*

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

323 diária e foi feito deste modo, apesar dos comentários de que tudo foi errado em  
324 2007 e de que não avançaram, de que estavam equivocados. Destacou terem  
325 conseguido, no período em que estavam na Administração Superior, nomear todos  
326 os aprovados, realizar concurso, ganhar dos (inaudível), além do salário hoje  
327 percebido, que não estava no orçamento, mas foi conquistado politicamente.  
328 Aduziu que por tudo o que vivenciou e pelo histórico de luta na Instituição, por tudo  
329 o que possui e por acreditam que têm que avançar, é um otimista, sonhador, e que  
330 isso não significa ser irresponsável, pois realizou tudo aquilo que sonhou. Observou  
331 ser evidente que não possuem tudo, que estão em uma constante luta. A sociedade  
332 e as prioridades mudam, as visões da DPE em relação a determinados problemas  
333 também se modificam no tocante as prioridades. Então, por tudo que vivenciou e  
334 por mais que entenda ter havido um aumento ao prever no orçamento 30 (trinta)  
335 novos Defensores, pelo fato de não poderem fazer alterações dentro da própria  
336 casa, não vai aprovar o orçamento. Ressaltou que a não aprovação não afasta a  
337 sua responsabilidade de analisar os projetos de forma inescusável, colocá-los em  
338 prática e ajudar na forma possível, como já tem feito, inclusive apresentando  
339 projetos como o que a Presidente do CSDPE citou, dos Defensores Wagner,  
340 Alessandro e Alan, que em verdade foi encaminhado pelo mesmo, com o fulcro de  
341 alocar Defensor atuando dentro da Cadeia Pública, o que já deveria ter sido  
342 implementado desde 2010. Consignou se tratar de um avanço e acreditar que a  
343 Defensoria irá crescer, não na medida em que necessitam, mas tão somente no que  
344 é possível. Por isso questiona se não poderiam avançar mais internamente, com a  
345 estratégia de tentar buscar dentro da cota a posse de maior número de Defensores  
346 e buscar dentro do custeio do orçamento já existente, conta em que possuem mais  
347 de R\$30.000.000,00 para utilização na Defensoria. Ressaltou precedente, no Rio  
348 Grande do Sul e no Maranhão, dos Defensores Públicos Gerais terem ido ao  
349 Supremo pra fazer valer sua autonomia. Por todo o exposto, aduziu não estar  
350 sendo irresponsável, mas por tudo o que luta nos 13 anos de DPE, não poderia  
351 aprovar um projeto de orçamento que não contempla minimamente as coisas que  
352 precisam, nesse momento mais Defensores, ticket e tudo o mais debatido. O  
353 **Conselheiro Gil Braga de Castro Silva** aduziu que entende que precisam ousar  
354 na aprovação do orçamento, assim como as gerações anteriores foram ousadas,  
355 sonharam e, justamente por isso, são Defensores hoje, pois foi uma luta deles.  
356 Ressaltou que a aprovação nestes moldes não honra a história das pessoas que  
357 lutaram antes. Aduziu que pode ser um processo de retrocesso Institucional, pelo  
358 que vota pela não aprovação, fazendo constar que o principal motivo foi a não  
359 inclusão da nomeação de todos os aprovados no concurso da Defensoria. A  
360 **Conselheira Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira** votou pela não  
361 aprovação por entender que a proposta orçamentária não prevê essencialmente a  
362 quantidade de Defensores. Ressaltou que embora a estrutura seja importante, a  
363 DPE precisa preencher os seus quadros. Ainda que seja dito que 67 novos  
364 Defensores não satisfazem, tendo em vista a necessidade/meta de mais de 500  
365 Defensores, entende que 70 Defensores a mais fazem diferença, do mesmo modo  
366 que a turma de 2006 foi um diferencial. Aduziu que a turma de 2006 alavancou a  
367 DPE, deu visibilidade a mesma e oxigenou os Defensores já existentes, além de  
368 terem se engajado na luta, contribuindo para o crescimento da DPE, com mais de

*Ab. cons. Gil Braga* *Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira*  8



**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**

**ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

369 100 nomeações. Não consegue entender a Defensoria como 'coitadinha' ou  
370 embrionária. Entende que são essenciais e importantes, talvez até mais que o  
371 Ministério Público e a Magistratura. Consignou não conseguir ver de outra forma e  
372 ser uma apaixonada pela Defensoria, que é a razão da sua vida. Ressaltou que a  
373 posse de novos colegas, a realização de concursos e, por conseguinte, o  
374 crescimento da DPE é motivo de realização para a mesma. Consignou, por fim, que  
375 sem a previsão da quantidade de aprovados na íntegra, não tem como aprovar o  
376 orçamento. A **Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão**  
377 inicialmente parabenizou os Conselheiros e a Presidente do CSDPE pela condução  
378 dos debates, pois independente do resultado existe um ganho ideológico para a  
379 Instituição. Que as coisas amadurecidas são melhores do que as coisas açodadas.  
380 Que foi muito salutar a suspensão da sessão para o amadurecimento por parte dos  
381 Defensores, cabendo ressaltar que o debate foi o melhor da gestão no CSDPE.  
382 Entretanto, não poderia votar pela aprovação do orçamento como foi ofertado, pois  
383 estaria indo de encontro ao que pensa sobre a Defensoria e às ideologias já  
384 expostas. Entende que o orçamento é um instrumento político, ao menos enquanto  
385 aprovado no CSDPE, sendo técnico apenas em sua execução. Consignou que a não  
386 aprovação se dá pelos motivos já suscitados no debate, especialmente, em razão  
387 do número de Defensores previstos para tomarem posse, que não é o total de  
388 aprovados no concurso, além da questão referente ao valor do ticket, já que o  
389 Conselho anterior aprovou R\$22,00, não cabendo a redução para R\$20,00, pois  
390 seria um retrocesso numérico, histórico, político e ideológico. A não aprovação se  
391 dá também por entender que a criação de apenas duas regionais é tímida, já que o  
392 PPA prevê 10 (dez) até 2015. Desse modo, estariam em 2014 com um déficit de 08  
393 (oito). Ressaltou que o ideal seriam quatro agora, no mínimo, e quatro em 2015.  
394 Concorda com o Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo e acredita que todos  
395 os outros orçamentos foram responsáveis, apenas acatavam uma ideologia e uma  
396 política diferenciada de pensar, por isso vota pela não aprovação. A Vice-presidente  
397 da ADEP sugeriu que no próximo ano o orçamento seja apresentado com  
398 antecedência e seja requerido aos Conselheiros que enviem sugestões, para que  
399 seja um orçamento participativo. Ressaltou que a Administração, repetiu o ocorrido  
400 na gestão passada e apresentou o projeto pronto para ser votado. Esperava que a  
401 gestão atual procedesse de forma diferente, de forma mais participativa, ouvindo  
402 os Conselheiros e o que a classe almeja. Consignou saber que o orçamento nos  
403 moldes apresentados não inviabiliza a convocação dos aprovados na totalidade,  
404 pois haverá o trabalho político. Entretanto, a questão é que o orçamento está  
405 redondo, da forma como o Governo determinou e a DPE não está colocando o que  
406 quer e precisa para estruturar a Defensoria, para ter número de Defensores, para  
407 atender dignamente a população, ainda que exista corte. Sabe que a Presidente do  
408 CSDPE conjuntamente com a Administração Superior está trabalhando  
409 politicamente para conseguir a convocação de todos os aprovados, assim como a  
410 ADEP, mas o debate foi no sentido de mandar um orçamento de acordo com a cota  
411 prevista pelo Governo, o que demonstra a perda da autonomia da DPE, inclusive  
412 para fazer o próprio orçamento. **Deliberação:** Aprovada, por maioria, a proposta  
413 orçamentária para o exercício do ano de 2014, sendo 05 (cinco) votos favoráveis,  
414 (Conselheiros Carla Guenem Fonseca Magalhães, Juarez Angelin Martins, Renato

*Carla Guenem Fonseca Magalhães*

*Juarez Angelin Martins*

*Renato*

**CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA**


**ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

415 Amaral Elias, Robson Freitas de Moura Júnior e a Presidente do CSDPE) e 04  
416 (quatro) divergentes (Conselheiros Clériston Cavalcante de Macedo, Gil Braga de  
417 Castro Silva, Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão e Maria Auxiliadora Santana  
418 Bispo Teixeira), consignadas as razões dos votos divergentes na forma retro  
419 apontada e sublinhada. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a  
420 sessão agradecendo, mais uma vez, a presença de todos. E eu,  
421 \_\_\_\_\_ Caroline de Alcântara N. A.  
422 Bandeira, Secretária do Conselho, lavrei a presente ata, que depois de lida e  
423 achada conforme, será devidamente assinada por todos.  
424 //////////////////////////////////////

  
**Vitória Beltrão Bandeira**  
Defensora Pública Geral

Presidente do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado

  
**Renato Amaral Elias**  
Conselheiro Subdefensor Público Geral

  
**Carla Guenem F. Magalhães**  
Conselheira Corregedora Geral

  
**Maria Auxiliadora Santana  
Bispo Teixeira**  
Conselheira Titular

**Clériston Cavalcante de Macedo**  
Conselheiro Titular

  
**Gil Braga de Castro Silva**  
Conselheiro Titular

**Mônica de Paula Oliveira  
Pires de Aragão**  
Conselheira Titular

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

ATA DE CONTINUIDADE DA 138ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA



**Juarez Angelin Martins**

Conselheiro Titular



**Robson Freitas de Moura Júnior**

Conselheiro titular



**Tânia Maria Gonçalves Palma Santana**

Ouvidora Geral



**Cristina Ulm Ferreira Araújo**

Representante da ADEP/BA